

REQUERIMENTO Nº , DE 2012
(Do Sr. Deputado Walter Feldman)

Solicita Informações ao Sr Ministro da Educação sobre as ofertas e os preenchimentos das vagas do PROUNI desde sua criação; Indagar: a discriminação destas vagas e o preenchimento por semestre por bolsa integral e parcial de 50% e 25 % e quando isso ocorreu; a discriminação dos cursos presenciais e do EAD e o percentagem geral de ociosidade; e o índice de evasão por cada modalidade e por semestre.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art 50 da Constituição Federal, e nos arts 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a vossa Excelência que seja encaminhado ao Exmo..Senhor Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, pedido de informações sobre as ofertas e os preenchimentos das vagas do PROUNI; Indagar: a discriminação destas vagas e o preenchimento por semestre por bolsa integral e parcial de 50% e 25% e quando isso ocorreu; a discriminação dos cursos presenciais e do EAD e o percentual geral de ociosidade ; e o índice de evasão por cada modalidade e por semestre.

JUSTIFICAÇÃO

Através da imprensa o programa tem sido alvo de críticas por uma série de problemas. Um deles é o fato de o governo federal garantir o acesso à universidade, mas não a permanência. Outro é a pouca fiscalização da qualidade dos cursos e até mesmo o perfil dos candidatos.Os críticos alegam que há um subaproveitamento das vagas disponíveis no PROUNI.

O PROUNI foi criado em 2005 com o objetivo de incluir jovens nas universidades particulares que recebem isenção ou abatimento de impostos como Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas e Contribuição Social sobre o lucro Líquido. Até hoje, entretanto, não há um número exato de quantos candidatos desistem por falta de verba para transporte e compra de livros.

Pelos critérios do PROUNI, para ter acesso à bolsa integral é preciso ter renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo por mês. No caso de bolsas parciais, a renda por pessoa na família pode chegar a 03 salários mínimos.

Quanto à fiscalização do perfil dos candidatos, em 2009 relatório do TCU, divulgado pelo jornal Folha de SP apontou irregularidades envolvendo quase 31 mil bolsistas, ou 8% do total de beneficiados. As irregularidades incluem casos de bolsistas que são donos de carros de luxo. O MEC alega que existe uma fiscalização rigorosa em todo o processo.

Nosso Requerimento, portanto, busca esclarecimentos sobre as providências e medidas já tomadas pelo Ministério da Educação, SESU e pela Diretoria do PROUNI, no sentido de esclarecer as críticas que o programa tem sido alvo constantemente ao longo dos anos.

Sala das sessões, em 18 de setembro de 2012

Walter Feldman
Deputado Federal PSDB/SP